



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
NÚCLEO DE IDENTIFICAÇÃO - NID/DREX/SR/PF/MA

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 26699053/2023-NID/DREX/SR/PF/MA

Processo nº 08310.000064/2023-13

1. DO OBJETO

1. 1. Processo para contratação de empresa para fornecimento de **CAPELA DE EXAUSTÃO DE GASES**, conforme quantidades e especificações definidas na tabela abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL
1	<p>Especificações</p> <ul style="list-style-type: none"><input type="checkbox"/> Material Carcaça / Material Trilho: Fibra de Vidro / Alumínio<input type="checkbox"/> Dimensões Externas (LxPxA): 800x620x840mm<input type="checkbox"/> Dimensões Internas (LxPxA): 780x600x840mm<input type="checkbox"/> Altura com Exaustor: +250mm<input type="checkbox"/> Dimensões da Porta (LxA): 530x540mm<input type="checkbox"/> Abertura da Porta: 450mm<input type="checkbox"/> Lâmpadas: LED – 7W<input type="checkbox"/> Ø de Saída na Capela: 150mm<input type="checkbox"/> Ø de Entrada no Exaustor: 150mm<input type="checkbox"/> Ø de Saída no Exaustor: 100mm<input type="checkbox"/> Sistema de abertura de porta: Tipo Guilhotina em Vidro Temperado ou Acrílico com movimento deslizante e trava fácil por contrapeso.<input type="checkbox"/> Tomada Auxiliar Externa: Não<ul style="list-style-type: none"><input type="checkbox"/> Potência: 35W<input type="checkbox"/> Capacidade de Exaustão: 10 m³/min	UNIDADE	1	R\$ 2.466,85 (Dois mil quatrocentos e sessenta e seis reais e oitenta e cinco centavos)

1.2. Não está prevista para o presente certame a indicação das cotas reservadas, nos termos do inciso III do art. 48, da LC n. 123, de 2006, devido ao seu enquadramento nas exceções previstas no art. 49, incisos II, III e IV do referido dispositivo legal.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Conforme relatado na Informação nº 26420648/2023-NID/DREX/SR/PF/MA (26420648) e Estudo Preliminar Nº 26698948/2023-NID/DREX/SR/PF/MA (26698948), no processo de revelação de impressões papilares latentes são utilizados alguns compostos químicos que geram gases e vapores nocivos à saúde humana (como o Cianoacrilato e a Ninidrina). Uma maneira de mitigar a exposição dos servidores a tais gases e vapores é realizar a manipulação dos compostos químicos reagentes em uma capela de exaustão de gases, uma vez que os gases nocivos gerados serão exauridos do ambiente laboral, reduzindo a exposição dos servidores. Dessa maneira, solicita-se a aquisição de uma capela de exaustão de gases visando preservar a saúde e segurança dos papiloscopistas policiais federais durante a realização dos exames periciais em laboratório.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. O item que constitui o objeto desta contratação é caracterizado como bem comum, em conformidade com a Lei nº 10.520/2002 e o Decreto nº 3.555/2000, por possuir especificações usuais praticadas no mercado que podem ser objetivamente definidos no edital, cujos padrões de desempenho e qualidade foram definidos neste instrumento.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. O prazo de entrega do equipamento é de até 45 (trinta) dias, contados da data do envio do empenho pelo e-mail cadastrado da empresa no SICAF, **em remessa única e sem custo adicional**, no seguinte endereço: **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO MARANHÃO, Endereço: Av. Daniel de La Touche, 4.000 - COHAMA, CEP: 65.074-115, São Luís/MA (NAD/SELOG/SR/PF/MA, TELEFONE: 98 3131-5194/5195)**

4.2. O equipamento deverá ser entregue no endereço indicado no Item 4.1 em dia útil, no horário das 8:00 às 17:00h.

4.3. O equipamento entregue deverá ser novo não se admitindo em hipótese alguma o fornecimento de alternativo, recondicionado ou recuperado, estando adequadamente embalado de forma a preservar suas características originais.

4.4. O equipamento deverá ser entregue completo, não se admitindo em hipótese alguma a entrega fracionada ou de peças avulsas.

4.5. O equipamento será recebido provisoriamente e avaliado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta.

4.6. O equipamento será recebido definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e teste de funcionamento. A aceitação será feita mediante termo circunstanciado.

4.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento no dia do esgotamento do prazo.

4.8. O equipamento poderá ser rejeitado, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, apresentar avarias ou mal funcionamento, devendo ser substituídos no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.9. O recebimento provisório ou definitivo do equipamento não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

- 5.1.1. receber o equipamento no prazo e condições estabelecidas neste Projeto Básico;
- 5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do equipamento recebido provisoriamente com as especificações constantes no Projeto Básico e na proposta, bem como avaliar o seu funcionamento, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no equipamento fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do equipamento, no prazo e forma estabelecidos neste Projeto Básico;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Projeto Básico, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Projeto Básico e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;
 - 6.1.1.1. O equipamento deverá estar acompanhado de manual do usuário, com versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.
- 6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Projeto Básico, o equipamento com avarias ou defeitos;
- 6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 6.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato (se necessário).

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que

sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do equipamento, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 10.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 10.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 10.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 10.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 10.1.5. cometer fraude fiscal;
- 10.1.6. não manter a proposta.

10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 10.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

10.3. Multa moratória de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

- 10.3.1. multa compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 10.3.2. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 10.3.3. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 10.3.4. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 10.3.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

10.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

10.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

10.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

ANDRÉ LUIZ ALVES RIBEIRO

Papiloscopista Policial Federal

Matrícula 23297

NID/DREX/SR/PF/MA

JOANDSON BATA DOS SANTOS

Papiloscopista Policial Federal/Chefe Substituto Chefe do NID/DREX/SR/PF/MA

Matrícula 23023

NID/DREX/SR/PF/MA

São Luís-MA, 06 de Fevereiro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **JOANDSON BATA DOS SANTOS, Chefe de Núcleo - Substituto(a)**, em 06/02/2023, às 13:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE LUIZ ALVES RIBEIRO, Papiloscopista Policial Federal**, em 06/02/2023, às 13:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=26699053&crc=ADCC7C7B.

Código verificador: **26699053** e Código CRC: **ADCC7C7B**.